

Ocupação e formação econômica dos sertões do Muriaé

Vitória Fernanda Schettini de Andrade*

Resumo: Alguns trabalhos desenvolvidos para a Zona da Mata Mineira realçam a preocupação de detalhar a obscuridade existente entre sua ocupação e seu desenvolvimento econômico, bem como sua ligação com o esgotamento das lavras de ouro, creditando a região um diferencial específico. Assim sendo, teremos como objetivo nesta comunicação resgatar o maior número possível de bibliografias referentes ao assunto e analisar especificamente o caso de São Paulo do Muriaé, uma freguesia agrária do Leste da região analisada. Utilizaremos ainda, de dados cotejados junto aos inventários post-mortem, a fim de nos aproximarmos desta realidade, que permanece ainda, distante das discussões acadêmicas.

Palavras-chave: ocupação – economia – sociedade

Abstract: Some works developed for the "Zona da Mata Mineira" enhance the concern of detailing the existent obscurity between its occupation and economical development, as well as its connection with the exhaustion of the plowings of gold, giving the area a specific differential. Therefore, we aim, through this paper, at rescuing the largest number of bibliographies possible, referring to the subject and at analyzing specifically the case of "São Paulo do Muriaé" – an agrarian town in the East of the analyzed area. We will also make use of data confronted to the post-mortem inventories, in order to approach this reality, that still remains off of the academic discussions.

Keywords: occupation – economy – society

1-Os sertões

A imensa região entre os rios Muriaé e Pomba e ao encontro desses com o rio Paraíba do Sul, no litoral fluminense campista, até as proximidades da Mantiqueira, era antes ocupada por mata nativa. Uma floresta densa e montanhas quase intransponíveis tornavam-na uma barreira natural às povoações onde abrigava índios e negros fugitivos.

Por mais de um século esta terra permaneceria com uma vegetação quase que intocável, apesar das “matas” serem caminho para negociantes que circulavam de São Paulo e Rio de Janeiro para o interior mineiro em busca de pedrarias e metais preciosos.

Devido às dificuldades em desbravar os sertões do Leste da Zona da Mata Mineira no final do século XVIII, principalmente pela implantação política da Coroa em não ampliar as áreas de ocupação das fronteiras além-mineração, com o intuito de reforçar a vigilância ao contrabando do metal - a região somente será habitada no início do século XIX. Esses condicionantes, somados as dificuldades naturais, levarão a Zona da Mata efetuar seu desenvolvimento tardiamente (LANNA, 1986: 82).

* Doutoranda em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade - CPDA (UFRRJ), Mestre em História Social. Vassouras: USS.

O sertão observado de lugares já ocupados ou mesmo em locais de uma vegetação rasteira, parecia impenetrável. Na região estudada, encontravam em seu estado primitivo os índios purís, e por todo sertão do rio Pomba fixavam os croatos e coropós (MERCADANTE, 1973: 30-32).

Os Purís eram da grande família de tapuias, dividiam em várias tribos e tinham sua origem na língua dos coroados. “Esses indígenas eram ainda selvagens, nas solidões que se estendem desde o mar e a margem setentrional do Paraíba, até o Rio da Pomba, na Província de Minas Gerais” (DEBRET, 1975: 42-43).

“À medida que se processava a colonização do território fluminense, com a lavoura organizada e ocupação de território, trazia como consequência o deslocamento dos coroados para além das margens esquerdas do rio Paraíba” (MERCADANTE, 1973:31-32). Definição que é constatada nas fontes pesquisadas aos registros paroquiais de São Paulo do Muriaé, sendo constante a presença de tais índios administrados em batismos e até mesmo em casamentos.¹

A doação de parcela de terra para sua cultura e estabelecimento familiar desses nativos foi um grande aliado à sua fixação. Alguns podiam tornar agregados das fazendas e ter sua morada própria. Este relacionamento entre as culturas indígena e branca possibilitou a sedentarização e a semi-sedentarização de alguns índios possibilitando um maior convívio entre eles (FREIRE, 2004).

Portanto, não entraremos na discussão acerca da discriminação injusta feita para a formação destes aldeamentos (SILVA, 1996: 170-172), mas a estes nativos se deve, de certa forma, o início de uma pequena produção agrícola, destinada ao consumo local.

Em 1988, Ricardo Bastos Cambraia e Fábio Faria Mendes salienta sobre a necessidade de desbravar os sertões, sob o ponto de vista histórico, como forma de amenizar a “dita decadência” das minas:

Em carta ao Governador da Capitania, Pedro Maria Xavier de Athayde Mello ao Príncipe Regente, no ano de 1807, a visão dos “sertões do leste” como solução dos problemas da Capitania encontra sua forma mais elaborada... “esse importante objeto”, ganhava lugar de destaque no discurso oficial, assumindo desde já a forma de um projeto colonizador (CAMBRAIA; MENDES, 1988:141).

Importante observar que esta ocupação estava totalmente associada à ligação ao Caminho Novo, sem vínculo algum com o Caminho Velho. O último trajeto do Caminho Velho tornava-se cada vez mais perigoso devido aos ataques de piratas. “Foi por isso que o governo colonial julgou por bem abrir uma estrada que da região das minas levasse

¹ Livros de casamentos e batizados da Paróquia São Paulo do Muriaé, 1852-1888.

diretamente ao Rio, encurtando o caminho e evitando o percurso marítimo” (REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, 1958: 26).

Diogo de Vasconcelos observa que existiam vários colonos habitando a beira deste caminho antes mesmo de sua distribuição em lotes de terras pelo governo, que inclusive davam pousadas aos viajantes neste trajeto (VASCONCELOS, 1918: 39). A observação feita por Renato Pinto Venâncio confirma esta visão do Caminho Novo, porém na sua versão não havia nada de novo, pois era uma rota indígena milenar (VENÂNCIO, 1999: 181-187).

Para habitar este território, se multiplicaram as concessões de sesmarias no curso do século XVIII. “Entre os anos de 1710 a 1822, o total ultrapassaria 6.642 léguas quadradas” (MERCADANTE, 1973: 38), “sendo as fronteiras nas freguesias do Presídio e de Ubá fechadas por volta de 1840, enquanto permanecia aberta na mesma época em todo o vale do Rio Muriaé” (CARRARA, 1999: 26).

Acreditamos que o fechamento das fronteiras demoraria alguns anos para se consolidar, pois é visível na documentação um número grande de ações de medição e demarcação de terras. Uma outra observação importante, feita por Márcia Menendes Motta (MOTTA, 1998: 163,180), diz respeito ao Relatório da Repartição Geral das Terras Públicas, feito em 1855, que descreviam para o Rio de Janeiro e Minas Gerais terras devolutas, inclusive para a freguesia de Muriaé. Reforçando idéia de conflitos agrários num período em que a terra passava a ter valor de troca, análises que serão na pesquisa do doutorado, trabalhadas pela autora.

De acordo com a Revista do Arquivo Público Mineiro, coube ao Diretor Geral dos Índios, Guido Thomas Marlière, em 31 de Agosto de 1819, povoar e fundar um estabelecimento para os índios purís, no sertão do Muriaé, levantar uma Igreja para eles, e demarcar suas terras, desde que fossem bastante para sua cultura e sustento. A fixação dessas terras foi feita pelo medidor aprovado, Alferes Francisco de Paula Silveira, que utilizou de recursos naturais para tal missão (REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1897:16-17).

Paulo Mercadante, em sua obra, cita Maximiliano, Príncipe de Wied-Neuwied, que fizera uma viagem ao Brasil nos anos de 1815 a 1817, e faz menção a grande produção de açúcar e à existência de engenhos juntos ao “pequeno Rio Muriaé”, de modo que, “quando Guido Tomás Marliere designou Constantino José Pinto para o primeiro Diretor dos puris, em 1819, já havia fazendas desenvolvidas no lugar” (MERCADANTE, 1990: 28). “No mesmo vale a última vez em que uma escritura mencionou o apossamento como modo de acesso ao solo foi em 1841” (CARRARA, 1999: 37).

O local de desembarque de Constantino José Pinto foi próximo a Armação e Rosário. O povoado que se iniciara receberia a início o nome de Quartel de Robinson Crusóe, e para lá Marlière mandaria mais tarde, João do Monte, um dos seus subordinados (JOSÉ, 1958: 76).

Desde meados do século XVIII, o interior da Zona da Mata foi freqüentado por religiosos, negociantes, militares e aventureiros, que faziam o comércio da poaia (ipecacuanha), nome genérico de várias plantas vomitivas, de grande valor comercial e também destinado à exportação, sendo inclusive negociada com os índios em troca de aguardente (JOSÉ, 1958: 45).

Assim, no alvorecer dos oitocentos, nascia nesta região um outro Brasil, destruído pelas escavações das minas, mas com uma fronteira agrícola imensa a ser desbravada no meio de currais, colinas, montanhas, com clima e maneira de viver, talvez parecida, mas não idêntica a outras regiões do imenso espaço brasileiro. Conforme Maria Yedda L. Linhares, “O século XIX não foi, pois, o da decadência, e, sim, o da gestação de uma nação” (LINHARES, 2001).

Para entender esta dinâmica é imprescindível fazer algumas observações, pois a região da Mata surge acoplada a esta idéia de decadência mineira, como uma forma de redefinição socioeconômico da Província. Importante, também, analisar as concepções de Minas Gerais aceitas por Celso Furtado, falando de decadência regional, por não haver uma diversificação econômica, sendo esta dependente das outras províncias.

Com o declínio do ouro, era natural para Furtado que a economia de Minas Gerais também declinasse, sendo consequência de uma visão consagrada, ou seja, o fator econômico importantíssimo até então, deixava de existir. A região iniciava uma longa fase de involução que resultou em regressão para uma economia baseada numa agropecuária de subsistência. (FURTADO, 1970: 91-93).

Tal tese será confrontada pela precursora Maria Yedda Leite Linhares, (LINHARES, 1979: 150) nos informando que apesar da diminuição da economia mineira e a decadência do ouro, Minas não declinará, pois apresentava modelos econômicos próprios, baseado numa economia diversificada e de subsistência, não baseado na *plantation*; modelo este que vai ser seguido por muitos após sua publicação (MARTINS, 1994: 93-130; MAXWELL, 1995; ANDRADE, 1998).

Diversos autores auxiliam-nos nesta dinâmica de redefinição dos espaços mineiros, tendo como pano de fundo a conjuntura marcada pelo arrefecimento final da economia mineradora, propondo um novo delineamento regional e possibilitando subsídios necessários

para a compreensão do redesenho geográfico de Minas Gerais a partir do efeito centrífugo (LIBBY, 1988; CAMBRAIA, 1988; CUNHA, 2002:2).

O impacto sobre Vila Rica se dá de forma clara nas continuadas perdas populacionais dos antigos núcleos mineradores. Introduce uma caracterização específica a partir da mineração, surgindo com ela a subregionalização entre o urbano e o rural. Desta forma, o ouro não só articula a distribuição geográfica, mas também redefine o espaço mineiro.

Junto das rearticulações dos espaços produzidos e dos lugares do urbano e do rural na dinâmica histórica, Minas oferece um panorama das descrições do espaço econômico e as formas de produções diferentes, até mesmo dentro das próprias sub-regiões provinciais. “Estas importantes diferenças internas não foram percebidas pela historiografia até muito recentemente, que sempre tratou a zona da mata como uma região com características homogêneas” (CARRARA, 1999: 10).

Torna-se, então, fundamental perceber que as localidades que começam a surgir são criadas a partir de uma lógica interna, ou seja, o retorno ao mundo agrário, à busca de novas fronteiras. Um retorno agrário entendido a partir da influência urbana, pois o sustentáculo político e jurídico continua permanecendo nas cidades pólo, não separando, porém, as novas vilas do vínculo umbilical dos centros mais desenvolvidos.

Observa-se também que a fronteira relacionada principalmente a Muriaé e a proximidade limítrofe com o Norte do Rio de Janeiro, possibilita um grande percurso navegável, pelo menos no baixo Rio Muriaé, passando o médio e alto rio sofrer as consequências das cachoeiras, animais e índios aterrorizadores, dificultando e entardecendo a colonização da localidade (MANOEL, 1980: 28-29).

A população vilareja que se estabelece ao lado do rio, configura-se pela exploração das ervas medicinais, utilizando os afluentes para locomoção desde os grotões do sertão até a antiga Cachoeira da Encoberta, atual Bairro do Porto.

A localidade vai aos poucos se desenvolvendo com características agrícolas e construindo um dos mais importantes pontos de concentração populacional da região. Homens livres, escravos e forros aos poucos vão ocupando as imediações do rio, constituindo um dos principais pontos de referência para o comércio.

Segundo Carrara, “antes do café, a paisagem rural da região foi dominada até a década de 1840 pelas lavouras de milho, feijão e cana e alguns poucos arrozais” (CARRARA, 1999: 31); e como demonstrou Rômulo Andrade, “os plantios de café naquela área começam nos anos 30” (ANDRADE, 1998, 185).

Levando em conta que o município demora alguns anos para atingir a expressão máxima do produto como afirmação feita por Carlos Prates (apud CARRARA, 1999: 49)² e tomando em consideração que um pé de café levaria alguns anos para ter sua produção em seu ápice, ou seja, demoraria mais tempo comparado aos dias atuais, por não existir produtos agrícolas que incentivassem a produtividade; percebemos que o desenvolvimento cafeeiro se deu de forma lenta e gradual, pois neste período – final do século XIX e início do XX - possuía um maior número de pés em plena produção, favorecido pelas condições do relevo, do clima e da própria terra.

1.1- A consolidação econômica da região

Vimos no item anterior que Minas Gerais caracterizava-se por apresentar um quadro econômico diferente, até mesmo dentro das próprias sub-regiões provinciais. Cada localidade que surge na Zona da Mata após o esgotamento do ouro, passa a ter peculiaridades próprias.

Muriaé não foge a regra. Uma comunidade agrícola, onde o sistema escravista era o sustentáculo dessa moldura econômica. Assim, “expandir a produção implicava em primeiro lugar, o aumento do plantel de escravos” (ANDRADE, 1998: 186), seguido de outras duas características fundamentais, “a terra e o café” (ANDRADE, 1995: 61).

Desta forma, independente do lucro obtido com a produção das terras, possuir maior número de cativos era o que definia a posição econômica e social dos moradores locais, ou seja, a terra não estava condicionada ao número de escravos e muito menos a produção agrícola.

Para alguns autores, “uma agricultura voltada exclusivamente para exportação não existiu em Minas Gerais, nem mesmo quando a lavoura de café começava a se desenvolver na Zona da Mata” (MARTINS; LIMA; SILVA, 2002: 19). A produção desses alimentos era destinadas ora ao auto-consumo, ora ao mercado interno.

Robert W. Slenes argumenta, contrariando os autores acima, que Minas possuía uma economia de exportação bastante significativa e que os efeitos multiplicadores do setor de exportação sobre o setor interno eram proporcionalmente maiores em Minas do que nas áreas plantation do Rio de Janeiro e São Paulo (SLENES, 1988: 449-495).

“Desconfiado, porém amável, rústico, porém hospitaleiro” (SAINT-HILAIRE, 1932: 144) essa gente mineira e que ainda hoje guarda tradições dos velhos pioneiros, não sofreu

² Muriaé apresentava nos finais do século XIX e início do XX o mais importante município do ponto de vista agrícola, principalmente em relação à região sub-sul.

resistência, naquele momento do século XIX, de acolher de forma fácil a novidade da lavoura cafeeira.

O produto chega aos Arraiais do Rio Pomba, dirige-se acima pelo Rio Muriaé, alcançando o Rio Carangola, ultrapassa a serra e atinge a bacia do Doce pelo Manhuaçu e Manhumirim, eliminando a descontinuidade de povoamento entre o Estado do Rio de Janeiro e Minas Gerais (MERCADANTE, 1973: 91).

Aos poucos vai se desenvolvendo na região uma paisagem totalmente diferente daquela inicial, encontrada por seus desbravadores. As matas começam a ser devastadas e o café passa a tomar o principal espaço no cenário rural.

Há notícias de que os primeiros pés de café na região, que aos poucos passaria ser o principal produto comercial, teriam chegado por volta de 1830 (MERCADANTE, 1973: 90; MANOEL, 1980: 31). Mas isto não significa que não tenham desenvolvidos outras atividades como as culturas de cana-de-açúcar, arroz, milho, mandioca, feijão bem como a criação de alguns animais, dados que são confirmados nos inventários *post mortem*.³

A partir dos anos 70, marcadamente na primeira metade dos anos 80, o café assumiu importância decisiva na vida mineira, atuando como um grande fator mercantil (LANNA, 1986: 95).

Muriaé apresentava um perfil diferenciado, a grande extensão das unidades produtivas não encontrava correspondência no que diz respeito à cafeicultura e à posse de escravos (ANDRADE, 1995: 48).

De 892 Registros Paroquiais de Terras analisados por Andrade, 807 trazem a área, dos quais 597(74%) se referem à propriedade de até 200 alqueires (18% do total de terras). Os 210 registros restantes (20% do total) contêm 82% da área total encontrada, dividida em propriedades com mais de 100 alqueires, algumas constituídas de mais de 1000 alqueires (ANDRADE, 1998: 48).

Para o mesmo autor, a média de anotações sobre pés de café por propriedades era de aproximadamente 21.300 pés, sendo que 50.000 foi a maior quantidade encontrada em uma propriedade. Conquanto, é importante esclarecer que o tamanho das propriedades era extensa, mais a sua produtividade não ultrapassava feições de pequeno produtor (ANDRADE, 1995: 43).

A localidade analisada teve como característica a base de concentração de terras onde a pequena minoria dominava a grande extensão de terra, ainda que, o número de escravos e a

³ Os inventários encontrados no Fórum de Muriaé iniciam a partir do ano de 1850. Inventários *post mortem*. 1º Cartório Cível da Comarca de Muriaé.

dedicação à cafeicultura fossem muito modestos. Assim, as pequenas e médias propriedades tinham a função de absorver o grande contingente populacional de escravos que existia na localidade no século XIX.

Acreditamos que os números de pés de café encontrados pelo autor acima devam ser revistos, pois verificando o inventário de um dos maiores proprietários de escravos da região, Desembargador Antônio Augusto da Silva Canêdo, encontramos números que ultrapassam a maior quantia encontrada pelo autor, qual sejam, 102 mil pés de café, e ainda, 5.250 arrobas de café em coco, 600 arrobas de café novo e 300 arrobas de café em frutas, além das culturas de arroz, feijão, milho, cana-de-açúcar, mandioca e arroz, o que provavelmente implica num aumento da produção local do produto.⁴

Baseado em um sistema agrário em uma reprodução simples, de baixo investimento em técnicas agrícolas, a modernização na localidade não aconteceu neste período, muito menos o uso do arado era fator constante. O que encontramos na documentação são algumas enxadas e algumas foices como instrumentos de trabalho.⁵

Em Muriaé, por ser abundante a terra cultivável, percebe-se que a produção se intensifica, quando há pessoal disponível, quando a fertilização da terra é ativada pelo próprio homem e quando existem mecanismos mais ativos para o transporte de tais produtos.

Fazer um levantamento das atividades agrárias, como o manejo da terra, as técnicas utilizadas em um longo período de tempo, os meios de produzir, a circulação e o consumo dessas mercadorias, é uma das formas para responder a várias indagações que norteiam a história regional.

É necessário reavaliar os índices de produção e exportação de cada município e de maneira refinada, apegar em dados mínimos para se fazer em grande escala um levantamento mais completo.

Junto ao desenvolvimento, a população, que era a início espaçada, vai tomando forma e ocupando novos espaços, o cenário toma características de urbanização e desenvolvimento. A configuração econômica em finais do século XIX intensifica e consolida a uma sociedade altamente hierarquizada, baseada no poder e domínio político local.

A discussão historiográfica da região é ainda incipiente e necessita de um maior aprofundamento no esmiuçar das fontes, pois estas são imensas e ainda se fecha num pequeno círculo de pesquisadores ou até mesmo curiosos.

⁴ Inventário Desembargador Antônio Augusto da Silva Canêdo. Maço 55. Cartório Cível do Fórum de Muriaé.

⁵ Inventários *post-mortem* do Arquivo do Cartório Cível do Fórum de Muriaé.

Desta forma, “a História do Brasil ainda está por ser escrita” (LINHARES, 1979: 192), e esta complementaridade só é possível no momento em que se enquadra a dinâmica de estudo e pesquisa como agente de percepção da evolução histórica, como construtores e produtores dela.

Fontes Manuscritas, Digitalizadas

Livros de Batismos 1852-1888

Inventários *post-mortem*

Fontes Impressas

Revista Brasileira de Geografia. Estudo Regional da Zona da Mata Mineira. Ano XX, n°1, jan-mar, 1958

Revista do Arquivo Público Mineiro, vol. II, 1897

Viajantes e cronistas

DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem Pitoresca e Histórica do Brasil*. Tomo I, vol.1 e 2. Brasília: INL, 1975

JOSÉ, Oiliam. Marlière, *O Civilizador*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1958

VASCONCELOS, Diogo de. *História Média de Minas Gerais*. Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1918

Bibliografia

ANDRADE Rômulo Garcia de. Família escrava e estrutura agrária nas Minas Gerais oitocentista. *Revista População e Família*. n° 1, p.181-210, jan-jun. São Paulo: Humanitas/CEDHAL, 1998

_____. Limites impostos pela escravidão à comunidade escrava e seus vínculos de parentesco: Zona da Mata de Minas Gerais, século XIX. (A subjetividade do escravo perante a coisificação social própria do escravismo) *Tese de doutorado*. USP. São Paulo, 1995

CAMBRAIA, Ricardo de Bastos; MENDES, Fábio Faria. A colonização dos sertões do leste mineiro: políticas de ocupação territorial num regime escravista, 1780-1836. *Revista do Departamento de História*, n° 6, jul, p.137-150, 1988

CARRARA, Ângelo Alves. Estruturas agrárias e capitalismo: contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na zona da mata mineira, século XVIII e XIX. *Série Estudos*, n° 2, Mariana: NHED/ UFOP, 1999

CUNHA, Alexandre Mendes. A diferenciação dos espaços: um esboço de regionalização para o território mineiro do século XVIII e algumas considerações sobre o redesenho dos espaços

- econômicos na virada do século. Ouro Preto, Minas Gerais. *X Seminário sobre Economia Mineira*. Diamantina, 2002
- FREIRE, Jonis. Batismo e compadrio em uma freguesia escravista: Senhor Bom Jesus do Rio Pardo (MG), 1838-1888. *Dissertação de Mestrado*. Franca: Unesp, 2004
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1970
- LANNA, Ana. A organização do trabalho livre na Zona da Mata Mineira, 1870-1920. *V Anais ABEP*, 1986
- LIBBY, Douglas Cole. Transformação e trabalho em uma economia escravista. Minas Gerais no século XIX. *IV Anais ABEP*, 1988
- LINHARES, Maria Yedda Leite. Metodologia da história quantitativa: balanço e perspectivas. In: *História Quantitativa e serial*. (org) BOTELHO, Tarcísio Rodrigues [et al] ANPUH MG, 2001
- _____. O Brasil no século XVIII e a idade do ouro: a propósito da problemática da decadência. Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura de Minas Gerais. *Seminário sobre a cultura mineira no período colonial*, 1979
- MANOEL, Joel Peixoto. Os sertões do Muriaé. *Revista de Historiografia Muriaeense*. Ano III nº 3, p.21-32, Muriaé: Minas Gerais, fev.1980
- MARTINS, Maria do Carmo Salazar; LIMA, Maurício Antônio de Castro e SILVA, Helenice Carvalho Cruz da. População de Minas Gerais na segunda metade do século XIX: novas evidências. *X Seminário de Economias Mineira*. Diamantina, 2002
- MARTINS, Roberto Borges. Minas e o tráfico de escravos no século XIX, outra vez. *História & Perspectivas*. Uberlândia, Minas Gerais, p.93-130, nº 11, jul-dez, 1994
- MAXWELL, Kenneth R. *A devassa da devassa*. A Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal, 1750-1808. São Paulo: Paz e Terra, 1995
- MERCADANTE, Paulo. *Crônica de uma comunidade cafeeira*. Carangola: o vale e o rio. Belo Horizonte: Itatiaia, 1990
- _____. Os sertões do Leste. Estudo de uma região: Mata Mineira. Rio de Janeiro: Zahar, 1973
- MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas fronteiras do poder: conflitos de terras e direito agrário no Brasil de meados do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício Leitura/Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998
- SILVA, Lígia Osório. *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei 1850*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996
- VENÂNCIO. Renato Pinto. Caminho Novo: a longa duração. *Revista Varia História*. Número especial. Códice Costa Matoso. Belo Horizonte: FFCH/UFMG, nº. 21, jun., p.181-189, 1999